



**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA  
LEI MUNICIPAL Nº 788/2014**

**RESOLUÇÃO Nº 01 de 10 de dezembro de 2024**

**CONSIDERANDO** que a alimentação adequada é direito social expressamente previsto no art. 6º, da Constituição da República, e que o art. 2º, da Lei nº 11.346/06 dispõe que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público adotar as políticas e ações necessárias para a promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional da população;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 11.346/06, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, por meio do qual o Poder Público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos e programas e ações visando a assegurar o direito humano à alimentação adequada;

**CONSIDERANDO** o §2º, do art. 11, do Decreto nº 7.272/2010, que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar, estabelece os seguintes requisitos mínimos para a formalização do Termo de Adesão pelos Municípios, sendo eles: I) Instituição de Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais; II) Instituição de Câmara ou instância governamental de gestão intersetorial de segurança alimentar e nutricional; e III) Compromisso de elaboração do Plano Estadual, Distrital ou Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no prazo de um ano a partir de sua assinatura, com base nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PSAN e nas proposições das respectivas Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional;

**CONSIDERANDO** que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) trata da realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, e que, para tanto, os órgãos e entidades do Estado e Municípios devem

elaborar, implementar, monitorar e avaliar seus respectivos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional;

**CONSIDERANDO** que O Programa Compra Direta de Alimentos, está fundamentado nos princípios constitucionais do art. 6º da Constituição Federal, na Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006 (que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional– SISAN), na Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 que Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, no Decreto nº 11.476 de 06 de abril de 2023 que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos– PAA, RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 de junho de 2023 que dispõe acerca da destinação dos alimentos adquiridos com recursos do Programa de Aquisição de Alimentos, na Lei Complementar Estadual nº. 609 de 09 de dezembro de 2011 (alterada pela Lei Complementar nº 824 de 16 de abril de 2016) que institui o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Espírito Santo (SISAN-ES), no Decreto 5.000-R de 25/10/2021 que instituiu a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Espírito Santo– POLISAN, na Lei Estadual nº 11.505 de 20 de dezembro de 2021 que criou o Programa Compra Direta de Alimentos no ES;

**CONSIDERANDO** que todas as diretrizes do Programa CDA estão pautadas na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional– PNSAN, no Plano Nacional de Segurança Alimentar– PLANSAN e na Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Espírito Santo– POLISAN, contribuindo para o resgate dos hábitos culturalmente referenciados de maneira articulada e integrada com a promoção da agricultura familiar, do desenvolvimento sustentável e da Segurança Alimentar e Nutricional- SAN;

**CONSIDERANDO** que o Município realizou a manifestação de interesse do município em aderir ao Programa realizada através do envio de Ofício de manifestação de interesse à Gerência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

**CONSIDERANDO** que o Controle Social contribui para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada aos beneficiários consumidores atendidos pelo Programa CDA;

**CONSIDERANDO** que, a instância de controle social é responsável pelo acompanhamento da execução do CDA, principalmente no que diz respeito à deliberação e/ou aprovação do Plano de Trabalho,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Aprovar Plano de Trabalho do Programa CDA n.º PT34.78/2024, do município de Irupi, tendo em vista sua importância para efetivar o Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como, efetivar o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional da população.

**Art. 2º** Esta resolução entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Irupi-ES, 10 de dezembro de 2024.



**BRUNA BATISTA DE ALMEIDA SILVEIRA**

*Presidente Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea*